



AGRICULTURA FAMILIAR

**Reflexões
para uma nova
Gestão Pública**



Eleições 2020

A agricultura familiar, catarinense traz em sua identidade um modo diferenciado de viver e produzir, portanto, é fundamental olhar para este diferencial e a diversidade expressada nas suas dimensões: ambiental, cultural, social, econômica e na produção que relaciona quantidade e qualidade. Pois este modo diferenciado, revela a vida no espaço rural da agricultura familiar. Um rural com gente, que produz e reproduz cultura, jeitos de ser, história viva de lugares e tempos que se encontram nas suas comunidades. O que suscita a qualquer projeto de gestão pública a responsabilidade de lançar olhar a este diferencial, que se revela fundamental a maioria dos municípios catarinense.

Embora um território de apenas 95.346 km², (1,12% do território nacional), nosso estado é destaque econômico nacional. Somente o setor agrícola com mais de 700 mil empregos diretos, movimenta em torno de R\$ 61 bilhões, ou seja, 29% do Produto Interno Bruto (PIB) catarinense. Força economia que se revela nos dados do Censo Agropecuário 2017 que aponta a existência de 183.065 estabelecimentos predominantemente em sistema produtivo da Agricultura Familiar e Camponesa, sendo estes, determinantes para a vida econômica e social de 90% dos municípios com menos de 50 mil habitantes.

São números que revelam nossa importância no desenvolvimento econômico, social, ambiental e cultural, que merecem atenção especial por parte dos poderes executivo e legislativo municipal. Um poder executivo comprometido com as centralidades da vida social de sua população, assim como, responsabilidades com a base econômica local. Não sendo diferente a importância do poder legislativo, comprometido no desenvolvimento, fiscalizando investimentos, propondo projetos de lei que fortaleçam a produção agrícola e a economia municipal. Assim como, compromisso de defender a dignidade nas áreas rurais, com estradas bem estruturadas para acessos e escoamentos da produção, infraestrutura de energia elétrica, telefonia, internet, assistência técnica, atenção básica a saúde mental e física aos sujeitos do campo.

Instigado a responsabilidade pelo momento que enfrentamos na redução das políticas públicas federais de atenção a agricultura familiar e nosso grande imperativo democrático que são as eleições, é que a Fetraf Santa Catarina quer provocar a reflexão neste ano que as eleições em 15 de novembro determinam a vida administrativa dos municípios. Portanto, precisamos avançar na discussão de gestores comprometidos com o setor produtivo e econômico local, responsabilidade social, ambiental e estrutural da base econômica rural como um todo.

Porém, se por um lado o setor revela expressivo referencial econômico do Estado, por outro também apresenta preocupações fundamentais como:

- ✓ O crescimento do êxodo rural nos últimos anos atingindo 21% em consequência da falta de atenção e incentivo. Isso tem comprometido o processo de sucessão familiar, pois os jovens sem perspectivas de permanência vão embora das propriedades;
- ✓ Dados apontam que 40 mil propriedades, ou seja 25% dos estabelecimentos agropecuários não apresentam perspectivas de sucessão;

- ✓ Envelhecimento e empobrecimento dos sujeitos do campo são outros fatores que merece atenção especial da gestão pública local;

Segundo dados censitários entre 2006 e 2017 o Estado perdeu em torno de 10.603 mil propriedades (Censo 2006 havia 199.668 unidades produtivas – Censo 2017 reduziu a 183 065 unidades);

A situação demográfica do estado é uma das mais graves do Brasil, principalmente porque a maioria dos seus 267 municípios com menos de 50 mil habitantes (90,5% do total de 295 municípios de SC), segundo o Censo do IBGE 2010, encontra-se estagnada ou em decadência em termos econômicos, demográficos e sociais. Os indicadores demográficos de Santa Catarina hoje estão próximos aos da China, de Portugal e da Espanha, países com baixíssimo crescimento populacional, e aguda desigualdade social e econômica em suas áreas “do interior” (ou “rurais”). – São elementos importantíssimo para compor agenda propositiva para gestão municipal.

Assim, a gestão pública com políticas específicas para o meio rural catarinense, suscita visão estratégica e comprometida com o setor, buscando a revitalização e o fortalecimento, numa perspectiva de desenvolvimento territorial, no dinamismo do meio rural e na qualidade de vida para os trabalhadores que nele habitam.

Nos momentos de crise de horizontes e projetos como atravessamos, não é tempo de cruzar os braços, muito menos nos prender as memórias de tempos antanhos, é preciso assumir o comando, tomar a frente e nos oportunizar a construção de alternativas, de rever novas esperanças e reafirmar utopias e compromissos. E lindamente temos visto em nosso estado o número de agricultores e agricultoras familiares que puseram seus nomes a disposição para representar a categoria social na busca por vagas nos legislativos ou executivos municipais.

A Fetraf Santa Catarina como instrumento de organização, defesa e emancipação da Agricultura Familiar tem claro seu projeto de sociedade, e faz dele orientação e ação para as transformações que a vida no campo suscita. Neste sentido, nossa reflexão neste momento de eleições municipais tem que ter relação prática, direta com o exercício propositivo da gestão pública, trazendo presente aos nossos representantes, que nossa concepção de sociedade preconiza:

- a) A construção de uma sociedade justa, democrática, autodeterminada, fraterna, plural, ambientalmente sustentável. Tendo como horizonte político e histórico a construção das relações sociais democráticas e os sujeitos no protagonismo da condução e gestão pública municipal;
- b) A construção de uma sociedade onde os meios e as relações da produção precisam estar articulados a um processo de construção do desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo, politicamente democrático, participativo, e ambientalmente adequado, propiciando qualidade de vida para todos;
- c) A construção de uma sociedade sem a exploração, sem a prevalência de gestões sustentadas na visão utilitarista da natureza, ou qualquer tipo de discriminação

(racial, gênero, crença, geração, sexo) e, tampouco, para o desrespeito a outras formas de vida;

- d) A construção de uma sociedade com base nos valores que constituam relações de solidariedade e companheirismo entre os povos historicamente marginalizados, e de reciprocidade nas relações entre as populações que vivem no meio rural com as que vivem no meio urbano;
- e) Por fim, a construção de uma sociedade comprometida em formar um novo homem e uma nova mulher, numa perspectiva de complementaridade e como sujeitos das ações de transformação visando a superação da injustiça social, construindo alternativas econômicas, políticas, sociais, culturais, ambientais, combatendo o sistema capitalista de produção.

Uma gestão pública com foco nesta concepção de sociedade pode ser constituída a partir dos seguintes princípios:

1. Preocupação com a cultura, tendo como pressuposto a pluralidade, a diversidade e a capacidade crítica, com o devido reconhecimento que são as culturas que garantem a identidade e a autoestima do povo;
2. Meio ambiente conservado, quando utilizado e manejado de forma sustentável, a fim de mantê-lo equilibrado e saudável para o ser humano e para as espécies existentes;
3. A solidariedade humana, a autodeterminação e o fortalecimento da sociedade civil, com o protagonismo das mais diversas formas de organização e de atuação, preservando a posição de autonomia e exercendo o controle social;
4. Nosso compromisso é constituir uma sociedade fundamentada numa visão de desenvolvimento sustentável com justiça social, baseada nos princípios da igualdade, solidariedade e democracia. A organização desta sociedade, se revela nos três pilares:

POLÍTICO: viabilizar e defender a participação popular no processo de decisão da gestão pública, garantindo a todos, igualmente o direito de organização, de opinião, de decisão, de fiscalização das ações do município.

SOCIAL: uma defesa contundente da universalização dos direitos e a inclusão social dos cidadãos no orçamento público municipal. Ou seja, as pessoas como centralidade do projeto de governo para os municípios.

ECONÔMICO: uma gestão comprometida com a valorização do trabalho do agricultor, do associativismo tão presente na agricultura familiar, distribuição das riquezas produzidas em forma de investimentos locais visando qualidade de vida e estrutura para o setor econômico continuar produzindo alimentos e riqueza ao município.

▪ NOSSA CONCEPÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA

- A FETRAF-SC/CUT defende que o município exerça seu papel político para o desenvolvimento econômico e social. Ou seja, como um agente fomentador e indutor do desenvolvimento econômico, do planejamento estratégico, bem como de constituir políticas para economia de base e priorizar investimentos.
- Compreendemos que o gestor público tem a função e a capacidade de inverter prioridades para uma melhor distribuição de renda, oferecendo subsídios públicos aos setores estratégicos para o desenvolvimento econômico e social, firmando laços e compromissos com a justiça social e a sustentabilidade.
- Uma gestão pública democrática, indutora da economia, agente de transformação comprometida com as mudanças institucionais como força social de reação e de transformação, capaz de promover mudanças substanciais que o município precise.
- Que a democracia seja centralidade, caminho para o cidadão entrar na esfera pública, buscando articular um processo social, no qual haja justa distribuição dos bens e o acesso igualitário à cultura e ao conhecimento. Socialização do poder de participação e de estreitamento nas relações entre governantes e governados.

Para a Fetraf-SC, adotar um paradigma de gestão pública voltado à afirmação da democracia participativa significa revolucionar por dentro, a gestão municipal – é ser e fazer diferente pelo e com o povo. Porém, não basta defender o modo de fazer gestão com a participação dos cidadãos, é preciso também fazer a defesa de um modelo de desenvolvimento que vise atenção a redução de impactos sociais, ambientais e existenciais. E para isso, a base da agricultura familiar fetrafiana tem a sua concepção propositiva de desenvolvimento:

▪ CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

Entendemos que o desenvolvimento não é somente crescimento econômico, mas melhoria da qualidade de vida. Fundamentado em bases sustentáveis e solidárias ele reivindica a articulação de um conjunto de elementos: a retomada do crescimento econômico com o fortalecimento das economias locais e regionais; o município como um agente de promoção social e organizador da economia; a inclusão social com o combate da fome e da miséria; a proteção e a gestão ambiental; a valorização da cultura popular; a preservação dos recursos naturais como patrimônio público.

A construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário tendo como premissas fundamentais o reconhecimento da “insustentabilidade”, ou inadequação, econômica, social, ambiental, do padrão de desenvolvimento irresponsável. Essa noção parte da percepção de um desenvolvimento que assegure o direito a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis e produzidos de forma sustentável e ecológica.

Defendemos que na construção do projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, o município deve interferir na economia, buscando “distribuir para crescer” e “crescer distribuindo”, ao invés de “crescer para depois distribuir”, constituindo demandas e condições para impulsionar a produção e o mercado interno.

A agricultura familiar é um elemento constitutivo para pensar uma política de desenvolvimento sustentável e solidário, e de soberania alimentar. Os agricultores e as agricultoras familiares têm condições de desenvolver estratégias produtivas em bases sustentáveis que permitem gerar empregos, distribuir renda, agregar valor aos produtos e melhorar a qualidade de vida. Fornecer 100% dos alimentos consumidos nas escolas do município fortalecendo a agricultura, melhorando a saúde dos cidadãos, reduzindo problemas como doenças e protegendo a economia local.

O desenvolvimento rural sustentável, a partir do enfoque da agroecologia, analisando os problemas da agricultura de forma sistêmica, considerando para tanto, a diversidade ambiental, a pressão demográfica, as relações econômicas e as organizações sociais de determinada região.

A Fetraf-SC, enquanto organização de representação da agricultura familiar, compreende que a construção do desenvolvimento sustentável e solidário está umbilicalmente relacionado com a concepção de projeto político de sociedade. E que a sua implementação passa pela disputa de ideias e de valores, na perspectiva de constituir uma nova hegemonia social. - Com isso, estamos afirmando que a implementação do projeto de desenvolvimento sustentável e solidário nos municípios implica em alterar as atuais condições econômicas, humanas, ambientais, tecnológicas e culturais. Assim como, as relações viciantes que permeiam as gestões públicas municipais.

▪ DESENVOLVIMENTO E GESTÃO PÚBLICA NO SÉCULO XXI

É vital apontar um caminho de transição justa para os trabalhadores, em que, nos processos de mudança de uma economia de alto índice de emissão de carbono e outros poluentes para uma economia chamada de “baixo carbono”, haja preocupação precípua de: proteger os empregos existentes e gerar novos empregos através de políticas de qualificação e requalificação dos trabalhadores envolvidos em cadeias produtivas.

De caráter estruturante e estratégico, a transição ecológica deve permear e orientar todas as políticas setoriais, induzindo transformações no atual padrão de produção e consumo, na base técnica da sociedade e nos arranjos institucionais de propriedade que assegurem a apropriação justa e coletiva da riqueza gerada.

No entanto, são necessárias medidas também para mudar, no longo prazo, a economia, o processo produtivo, o uso de energia, as relações com a natureza, o provimento de bens essenciais e a criação de uma sociedade mais harmoniosa com o planeta e com menos desigualdades.

Todo projeto de gestão que vislumbre atentar-se aos desafios de nosso tempo, e tenha perspectivas de horizonte nos municípios deve vislumbrar os espaços rurais com toda a sua diversidade e complexidade, como alternativa real de combate estrutural à

pobreza e à miséria, seja nas áreas rurais e urbanas, e como via rápida para a redinamização da economia catarinense e brasileira. Experiências mundiais mostram que isto não só é possível como é necessário, e que pode ainda ampliar nossa produção gerando segurança alimentar.

Para impulsionar um novo padrão de desenvolvimento da agricultura, em especial para a agricultura familiar, vamos incentivar o cooperativismo e a economia circular, privilegiando o uso de insumos locais e buscando reduzir gradativamente o uso e a dependência de insumos externos.

A gestão pública municipal repensada deve estabelecer relação entre secretarias/departamentos municipais de agricultura com nossas estatais como Epagri, Cidasc, Embrapa visando investimentos em P&D, desenvolvimento comercial dos recursos da biodiversidade, parcerias com comunidades indígenas e tradicionais, agricultores familiares e camponeses e novas linhas e prioridades de pesquisa que dialoguem com o desenvolvimento sustentável e agroecológico.

Uma gestão preocupada com fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica, a garantia do direito ao território para os povos e populações tradicionais, quilombolas e indígenas, são medidas essenciais para a retomada do crescimento econômico ambientalmente sustentável. Isso constitui ação estratégica para a geração de ocupações e renda, com diminuição das desigualdades, e para garantir a produção e fornecimento de alimentos saudáveis por preços justos à população das cidades.

O Imposto Territorial Rural deve ser reformado e transformado em tributo regulatório de caráter progressivo no tempo. O novo ITR virá acompanhado de novos mecanismos voltados para os usos da terra para desestimular o processo especulativo, as práticas predatórias ao meio ambiente e a aquisição de terras por estrangeiros.

Propor restabelecimento do Programa Nacional de Habitação Rural para a agricultura familiar, povos e populações tradicionais.

Reativar e fortalecer o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), destinando a ele parcelas de recursos que viabilizem a comercialização de parte da produção oriunda da agricultura familiar do município.

Em relação à juventude rural, é necessário ampliar as escolas rurais e implementar projetos pedagógicos que assegurem uma educação contextualizada na realidade vivencial da Agricultura Familiar.

▪ **SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

Além de sujeita a riscos permanentes no abastecimento alimentar, hoje concretizados na carestia e no criminoso desabastecimento de produtos básicos, como o arroz, a população brasileira está exposta ao consumo de alimentos (incluindo a água) com elevados níveis de resíduos de agrotóxicos e contaminantes.

Ante esse quadro, impõe-se a necessidade de repensar o padrão de produção e consumo e a matriz produtiva com vistas a oferecer alimentação saudável para a população

local, obtida com parâmetros de sustentabilidade, de respeito aos territórios. No âmbito da PNAA, ampliar as compras institucionais.

Priorizar a articulação em rede, de forma a promover o fortalecimento dos circuitos curtos de abastecimento (feiras livres, PAA e PNAE); o aumento da escala das experiências agroecológicas; e a ampliação da participação das organizações e redes vinculadas à agricultura familiar e camponesa no abastecimento das famílias que vivem nas periferias das cidades. De forma complementar, é importante estimular o estabelecimento de experiências de agricultura urbana de base agroecológica. Assegurar ações específicas para as mulheres agricultoras, indígenas e de povos e comunidades tradicionais.

Fortalecer os circuitos locais de comercialização e promover a (re) territorialização dos sistemas agroalimentares por meio do fortalecimento das redes de agroecologia. Promover reformulação no sistema de vigilância sanitária, de forma a valorizar a produção artesanal e de pequena escala, descriminalizando essa produção.

▪ **GESTÃO PÚBLICA E AGRONEGÓCIO**

Sabemos que a agricultura é vital para as economias municipais, regionais e para nosso país sendo hoje, o único grande setor econômico no qual temos alta competitividade mundial. Ela é decisiva, não somente para a nossa segurança alimentar, mas também para a economia brasileira. Porém, queremos uma agricultura comprometida com a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social. Sem isso, não teremos competitividade no mercado mundial. Ademais, consideramos imprescindível agregar valor à produção agrícola, com a constituição de uma agroindústria de primeira linha, com legislações municipais, estaduais e nacional que lhes possibilite grande competitividade mundial. Do contrário, será difícil estancar os ciclos de êxodos de jovens do campo, e conseqüentemente ameaçando colapsar economias baseadas na produção agrícola.

É com esta visão que a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar de Santa Catarina apresenta se posiciona neste momento por entender que o sujeito social do campo deve ser protagonista neste momento de interação com candidatos aos cargos no legislativo, de igual modo com o debutantes a vagas de prefeito no executivo dos municípios.

Se organizar neste processo, visando, não apenas a disputa de espaços de decisão, mas disputa de ideias para qualificar a gestão pública local é fundamental. Do contrário, a naturalização do modelo de gestão pública voltada a produção para circuitos logos, impactos nos recursos naturais municipal, impacto no orçamento da saúde para tratar patologias provocadas pelo modelo seguirá.

▪ **SUJEITO DO CAMPO E O PROCESSO ELEITORAL**

A campanha eleitoral hoje é o que se pode chamar de 'tiro curto', ou seja, em 6 semanas se define o processo de disputa. Isso suscita que a síntese seja totalidade, no sentido de otimizar o máximo o processo de disputa, da apresentação das candidaturas, o

elencar das propostas, apresentar as ideias e convencimento do eleitor com as proposições apresentadas.

Neste sentido, o sujeito do campo que se apresenta para disputar vagas no legislativo ou executivo, embora dialogue com referência na sua categoria social de agricultor familiar, ele é um sujeito de totalidades, ou seja, seu trabalho é fundamental não somente para a vida na propriedade, mas também para a vida no mundo urbano. Portanto, não deve ter medo de apresentar suas propostas para a agricultura, por serem estas fundamentais não apenas a economia de base agrícola municipal, mas a totalidade da gestão municipal.

É fundamental que os candidatos pela agricultora familiar se subsidiem dos elementos aqui socializados para levar em suas propostas a fundamentação dos diferenciais que hoje propomos a gestão pública, assim como ao exercício da fiscalização da mesma como legisladores nas câmaras municipais de vereadores.

Organizar estes quarenta e cinco dias da campanha em períodos que visem: a) concretização de base mínima de apoio, b) apresentação do candidato, c) socialização e defesa das propostas, d) conquista e comprometimento do eleitor, e) dia da eleição. Este olhar mais segmentado ajuda na organização e melhor gestão dos dias da campanha.

Não adianta fazer o melhor material impresso se não tenho material humano contribuindo no processo, não adianta achar que o eleitor se convence pelo riso, amizade e não tenha senso crítico para cobrar propostas. Ou seja, uma campanha minimamente organizada e orientada para responder aos desafios da temporalidade curta do processo eleitoral é vital para o êxito final do pleito.

Neste, faz-se importante não só a compreensão, mas o envolvimento de dirigentes, sejam estes da linha de frente das organizações, sejam eles líderes de base ligados a luta da agricultura familiar. Pois sem identidade não há adesão, ou seja, é fundamental que o agricultor perceba a presença de seus iguais comprometidos com a defesa das pautas do setor, assim como, o reflexo deste em toda economia e bem estar social nos municípios.

Problema, não é se envolver na política, problema é afastar-se dela, pois, fazendo isso o sujeito se distancia do poder de reivindicação e socialização dos espaços de decisão na gestão pública. É hora de reafirmar o poder da agricultura familiar, não somente na produção de alimentos, mas também, no poder de decisão na gestão pública municipal através do comprometimento de suas lideranças que se apresentam para representar o setor na disputa eleitoral. Viva a democracia, viva o compromisso e responsabilidade cidadã, viva a agricultura familiar.

“Negar-se a política é como arrancar um pedaço de nosso ser social”

(Prof. Neuri A. Alves)

BOA CAMPANHA A TODOS!



AGRICULTURA FAMILIAR

Reflexões
para uma nova
Gestão Pública

